ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 1108

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2022,** elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2021 A ABRIL DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	mai/2021	jun/2021	jul/2021	ago/2021	set/2021	out/2021	nov/2021	dez/2021	jan/2022	fev/2022	mar/2022	abr/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)[1]	1.245.369.883,54	1.240.503.659,01	1.248.528.826,01	1.357.994.232,20	1.434.270.843,55	1.448.073.683,79	1.474.399.301,82	1.449.490.798,65	1.392.075.469,42	1.396.535.471,92	1.521.739.727,74	1.527.140.282,52	16.736.122.180,17	9.228.035,74
Pessoal Ativo	707.124.731,23	704.964.830,35	697.342.040,51	804.490.073,52	888.900.982,82	882.147.679,36	911.816.895,92	888.139.936,90	779.989.124,52	773.930.958,46	888.867.280,17	887.636.605,74	9.815.351.139,50	4.831.226,69
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	610.804.756,69	614.111.736,55	601.120.313,39	706.030.840,68	781.894.555,34	777.491.555,53	801.426.226,48	788.439.582,34	673.256.383,87	661.393.257,09	776.383.310,08	778.650.598,34	8.571.003.116,38	1.539.699,36
Obrigações Patronais	96.319.974,54	90.853.093,80	96.221.727,12	98.459.232,84	107.006.427,48	104.656.123,83	110.390.669,44	99.700.354,56	106.732.740,65	112.537.701,37	112.483.970,09	108.986.007,40	1.244.348.023,12	3.291.527,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	530.958.920,59	533.463.067,10	535.570.896,03	540.222.443,33	541.148.190,24	543.627.139,04	544.699.193,34	547.391.176,74	612.086.344,90	619.059.043,37	627.770.200,44	634.727.429,34	6.810.724.044,46	70.186,52
Aposentadorias, Reserva e Reformas	454.075.925,67	455.361.881,58	457.914.323,16	461.871.658,27	462.446.226,22	464.669.024,81	466.475.704,09	467.356.497,05	527.509.411,32	533.428.615,41	541.019.333,56	539.015.898,55	5.831.144.499,69	37.049,35
Pensões	76.882.994,92	78.101.185,52	77.656.572,87	78.350.785,06	78.701.964,02	78.958.114,23	78.223.489,25	80.034.679,69	84.576.933,58	85.630.427,96	86.750.866,88	95.711.530,79	979.579.544,77	33.137,17
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.286.231,72	2.075.761,56	15.615.889,47	13.281.715,35	4.221.670,49	22.298.865,39	17.883.212,56	13.959.685,01	0,00	3.545.470,09	5.102.247,13	4.776.247,44	110.046.996,21	4.326.622,53
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	155.763.707,80	142.736.154,29	160.270.795,20	225.983.238,77	228.596.376,44	199.036.287,35	241.775.174,11	409.999.464,69	215.650.835,61	228.588.331,83	213.283.053,67	261.748.998,99	2.683.432.418,75	81.689,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.211.505,62	6.065.166,90	7.086.404,39	9.708.460,10	6.480.506,91	6.342.357,91	6.368.808,58	96.044.479,76	5.758.488,12	5.717.077,97	6.107.983,67	5.815.446,68	166.706.686,61	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	15.588.836,69	5.128.811,01	-121.673,45	49.988.739,37	46.950.123,72	19.466.727,79	31.624.640,26	33.451.905,39	27.477.165,13	20.255.300,04	20.936.803,25	49.670.788,07	320.418.167,27	81.689,80
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração [2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.580.452,14	0,00	0,00	0,00	0,00	64.580.452,14	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados [3]	134.963.365,49	131.542.176,38	153.306.064,26	166.286.039,30	175.165.745,81	173.227.201,65	203.781.725,27	215.922.627,40	182.415.182,36	202.615.953,82	186.238.266,75	206.262.764,24	2.131.727.112,73	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.089.606.175,74	1.097.767.504,72	1.088.258.030,81	1.132.010.993,43	1.205.674.467,11	1.249.037.396,44	1.232.624.127,71	1.039.491.333,96	1.176.424.633,81	1.167.947.140,09	1.308.456.674,07	1.265.391.283,53	14.052.689.761,42	9.146.345,94

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	34.266.933.662,09	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	12.538.644,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	24.178.733,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	34.230.216.285,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**14.061.836.107,36**	**41,08%**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.772.805.979,69	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.934.165.680,71	46,55%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.095.525.381,72	44,10%

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 17/05/2022. Assinado Digitalmente.

NOTAS:

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 1º quadrimestre e valores publicados no 2º e 3º quadrimestre de 2021. No entanto, considerando as divergências de entendimento do Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

a) Na Aposentadorias, Reserva e Reforma são incluídas as despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) em conformidade com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

b) Na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados os valores gerados automaticamente pelo Siconfi não consideraram os valores liquidados na natureza de despesa 31.90.92 - Despesa de Exercício Anteriores pagos com recursos vinculados. Dessa forma, ajustou-se os valores.

c) Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados em 2021 o valor de R$ 12.732.773,12, os quais foram somados às despesas com pessoal liquidadas na publicação do 3º quadrimestre de 2021. Em 2022 foram cancelados R$ 3.504.737,38 destes Restos a Pagar. Seguindo a orientação do Mapeamento, ajustou-se manualmente os valores.

d) As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2022.

2. Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPALESC - Fundo Financeiro.

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.973.722.924,79	22.252.062.775,98	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.289.682.170,21	19.755.340.881,65	-	-
Empréstimos	9.731.204.843,42	9.056.823.523,38	-	-
Internos	7.023.439.798,57	6.737.959.222,66	-	-
Externos	2.707.765.044,85	2.318.864.300,72	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.885.703.421,53	9.976.230.790,26	-	-
Financiamentos	17.654.509,01	11.022.516,90	-	-
Internos	17.654.509,01	11.022.516,90	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	608.462.825,22	681.573.505,88	-	-
De Tributos	103.862.825,03	175.449.685,54	-	-
De Contribuições Previdenciárias	282.885.104,22	281.251.602,50	-	-
De Demais Contribuições Sociais	221.714.895,97	224.872.217,84	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	46.656.571,03	29.690.545,23	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	2.635.865.876,90	2.451.244.528,74	-	-
Outras Dívidas	48.174.877,68	45.477.365,59	-	-
DEDUÇÕES (II)	6.492.802.220,00	9.333.323.976,43	-	-
Disponibilidade de Caixa	6.241.461.432,67	8.983.986.616,90	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.628.676.418,59	16.195.746.461,19	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	387.214.985,92	25.363.960,40	-	-
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	-	7.186.395.883,89	-	-
Demais Haveres Financeiros	251.340.787,33	349.337.359,53	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	16.480.920.704,79	12.918.738.799,55	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	-	-
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	11.237.426,00	12.538.644,00	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.039.534.035,09	34.254.395.018,09	-	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	74,01	64,96	-	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	53,09	37,71	-	-

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	62.079.068.070,18	68.508.790.036,18	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	55.871.161.263,16	61.657.911.032,56	-	-
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]	-	-	-	-
Passivo Atuarial	87.324.075.230,01	87.324.075.230,01	-	-
RP Não-Processados	1.381.410.655,75	-	-	-
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO	-	-	-	-
Dívida Contratual de PPP	-	-	-	-
Apropriação de Depósitos Judiciais	772.408.662,45	772.408.662,45	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 17/05/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os campos descritos a seguir. As conta contábeis apresentadas são do Plano de Contas Estadual.

a) Na linha De Tributos foi incluída a dívida do Estado com os Municípios e com o Fundeb, Lei 17.053/2016. A dívida está registrada nas contas contábeis 2.1.5.2.5 e 2.2.5.2.5 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município. Estas contas ainda não foram incluídas pela STN no mapemando.

b) Na linha Demais Dívidas Contratuais foi considerada apenas a dívida registrada na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro, pois as demais dívida registradas nas contas mapeadas não são abrangidas pelo conceito de Dívida Consolidada.

c) Na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos foram considerados os precatórios previdenciários contabilizados na Unidade Gestoral 470076 - Fundo Financiro do RPPS/SC, no valor de R$ 184.408.603,55, pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram considerados os precatórios registrados nas conta contábies INTER, no valor R$ 183.216.145,54, contas estas não previstas pela STN no mapeamento .

d) Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R$ 6.151,26 relativo a valor contabilizado na conta 1.1.1.1.1.04.01.00 Arrecadação Indireta no RPPS/SC - Unidade Gestora 470076.

e) Na linha Apropriação de Depósitos Judiciais foi incluído o valor contabilizado na conta contábil 2.2.8.9.1.01.10.00 =Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016. Não há mapeamento da STN para esta linha.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)[1]	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	-	-
Em Operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	-	-
Em Operações de Crédito Internas	185.877.740,56	184.694.508,57	-	-
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	11.237.426,00	12.538.644,00	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -VII)	31.039.534.035,09	34.254.395.018,09	-	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	5,42%	4,61%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	6.828.697.487,72	7.535.966.903,98	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	6.145.827.738,95	6.782.370.213,58	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	-	-
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 17/05/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.

O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

2. O Mapeamento da STN para este demonstrativo não está completo. Desta forma, o SICONFI não gerou valores para as garantias concedidas e contragarantias recebidas das Entidades Controladas.

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2022.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	8.971.331,84	8.971.331,84
Interna	8.971.331,84	8.971.331,84
Empréstimos	8.971.331,84	8.971.331,84
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	8.971.331,84	8.971.331,84

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	34.266.933.662,09	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	12.538.644,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	34.254.395.018,09	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	8.971.331,84	0,03%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.480.703.202,89	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	4.932.632.882,60	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.397.807.651,27	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	90.525,50	90.525,50
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	90.525,50	90.525,50
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 17/05/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas:

1. De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2. O Mapeamento da STN para o quadro Outras Operações Que Integram a Dívida Consolida utiliza o PCASP estendido, o que não é de observância obrigatória para Estados e Municípios. Desta forma, editou-se os valores gerados automaticamente pelo SICONFI, conforme saldo da conta contábil 8.9.9.6.1.08.xx - Outros Controles da Dívida - Adesão Novos Parcelamentos no Exercício.

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2022.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	34.266.933.662,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	34.254.395.018,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	34.230.216.285,09

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.061.836.107,36	41,08
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	16.772.805.979,69	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	15.934.165.680,71	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	15.095.525.381,72	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	12.918.738.799,55	37,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	68.508.790.036,18	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias	1.580.299.703,26	4,61
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.535.966.903,98	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	8.971.331,84	0,03
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.480.703.202,89	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.397.807.651,27	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 17/05/2022. Assinado Digitalmente.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO